

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
30 de abril de 2018 - Nº 618 - www.sindipetrocaxias.org.br



Reunião aposentados e pensionistas


Devido ao feriado do dia 1º de maio, a próxima reunião dos aposentados e pensionistas será realizada no dia 08 de maio, segunda terça-feira do mês, na sede do Sindipetro Caxias, às 10 horas.

Construir a greve nacional dos petroleiros

O Conselho Deliberativo da FUP se reuniu no dia 12 de abril para debater a atual conjuntura política do país, que vem afetando profundamente a classe trabalhadora brasileira e, muito particularmente, a categoria petroleira e nossa empresa. O governo golpista, representado pela gestão atual da Petrobrás, vem atacando os direitos dos petroleiros e dilapidando a empresa através da venda de ativos, do desmonte, sucateamento e desvalorização das plantas, com significativa redução de efetivos em todo o sistema Petrobrás.

Quatro refinarias foram anunciadas recentemente para venda pela Petrobrás, com perda de controle acionário. Serão vendidas com os empregados dentro, podendo ser sucedidos ou não, dependendo do interesse de seus futuros donos. A REDUC ainda não compõe a lista divulgada pela empresa, mas não está muito longe de acontecer.

Entre outros itens aprovados, o Conselho deliberou pela realização de assembleias no período de 30 de abril a 12 de maio para aprovação de greve da categoria petroleira por tempo indeterminado, em data a ser definida pela FUP.

 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias - CNPJ: 29.392.297/0001-60
Reconhecido em 26 de Março de 1962 - Rua José de Alvarenga, 553 - Duque de Caxias/RJ - CEP.25.020-140
Tel.: 3774-4083 / 3848-0362 / 3848-0468 / 2672-1623 - secretaria@sindipetrocaxias.org.br | imprensa@sindipetrocaxias.org.br

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, conforme Artigo 29 do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias, situado na Rua José de Alvarenga, 553/Centro, o Presidente convoca todos os associados que compõem a base de representação do Sindipetro Caxias, Reduc, Terminal de Campos Elíseos, UTE-GLB, ECOMP-Arapeí a comparecerem à assembleia conforme tabelas em anexo, para tratar o seguinte ponto de **pauta**:

1. Aprovar greve no Sistema Petrobrás contra a privatização e retirada de direitos dos trabalhadores próprios e terceirizados, com data a ser definida pela FUP.
2. Aprovar o desconto assistencial de 1% (UM por cento) sobre o salário líquido durante três meses, sendo 0,5% para a FUP e 0,5% para os respectivos Sindicatos.
3. Aprovação do manifesto em defesa da soberania, pela democracia e contra a prisão política de Lula.

REDUC		
DIA	GRUPO	HORÁRIO
04/mai	E	15H
07/mai	B	7H
08/mai	C	7H
08/mai	A	15H
09/mai	H.A	7H30
10/mai	D	15H

UTE-GLB		
DIA	GRUPO	HORÁRIO
03/mai	E / D	15H
04/mai	B/C	7H
10/mai	H.A	7H30
11/mai	A	7H

TECAM		
DIA	GRUPO	HORÁRIO
04/mai	B/C	7H
11/mai	A / E	7H
11/mai	H.A	7H30
11/mai	D	15H

ECOMP - ARAPEÍ		
DIA	GRUPO	HORÁRIO
04/mai	H.A	12H

Duque de Caxias, 30 de Abril de 2018
Simão Zanardi Filho | Presidente

Ação do Sindipetro Caxias contra o equacionamento da Petros

Da decisão do Desembargador que derrubou a Liminar de Caxias, o Sindicato entrou com o remédio jurídico chamado Agravo Interno. Entretanto, a assessoria jurídica só conseguirá despachar a medida a partir do dia 09/05, dia do retorno das férias do desembargador e da primeira sessão de julgamento da 23ª Câmara Cível do Rio de Janeiro.

Relembrando, que a Fundação Petros entrou com o pedido de Agravo de Instrumento para cassar a Liminar ganha pelo Sindicato que garantia suspensão da cobrança do Equacionamento do PP-1. A Liminar foi cassada sem que o Sindicato pudesse questionar.

Descontos impactam os participantes do PP-1

Após a suspensão da Liminar, a Petros iniciou a cobrança da Contribuição Extra na base do Sindipetro Caxias em abril, sendo descontado 40% no adiantamento e 60% no dia 25. Muitos participantes da ativa e aposentados ficaram desorientados, pois não souberam da suspensão da Liminar. Pensionistas não contribuem para a Petros, mas agora passa a pagar a Contribuição Extra.

Em maio certamente virá o desconto no dia 10. Caso o desembargador dê decisão favorável ao Sindicato, o pagamento poderá ser suspenso novamente, caso contrário o desconto continuará. Sendo

assim, o processo subirá para o STJ para julgamento dos recursos.

A Contribuição Extra é para todos, Repactuados e Não Repactuados. Não existe aquela história de que quem não repactuasse, a dívida seria somente da patrocinadora. A cobrança pegou a todos, inclusive os que fizeram o BPO, mas estes só pagam sobre a parte do PP-1. Os trabalhadores que tem Petros-2 não tem problema no plano.

Cabe destacar que houve a cisão e foram criados dois planos, o plano dos Repactuados e dos Não Repactuados, o patrimônio e o déficit já foram dividido. Em breve esta decisão terá impacto no custeio, podendo interferir no déficit.

Assembleia dos acionistas abre as pernas para o mercado

No dia 26/4, ocorreu a assembleia dos acionistas, que aprovou as contas da diretoria apesar dos protestos dos trabalhadores contra a desvalorização dos ativos, a privatização e os negócios duvidosos implementados nesta gestão golpista.

Assembleia elegeu dois representantes de empresas concorrentes para participar do Conselho de Administração da empresa, um da SHELL e outro da Maersk Drilling, além disso, restringiu o papel do conselheiro eleito, que já não podia participar de assuntos de RH e

que agora não pode participar de nenhum comitê do conselho.

O lucro da empresa se esvaiu ao pagar R\$ 10 bilhões aos fundos americanos, desvalorização de ativos e pagamento adiantado de empréstimos aos bancos. Mesmo assim, a empresa anteriormente tinha anunciado que haverá pagamento aos acionistas e aos empregados, pois a privatização de ativos deu folego financeiro à empresa. A Petrobras já anunciou também que revisará o Acordo de PLR, pois quer retirar os indicadores de produção e introduzir indicadores

financeiros, além de mudar a forma de distribuição. Caso haja pagamento, os petroleiros que trabalharam em 2017 e já saíram da empresa têm direito proporcional ao tempo.

O presidente do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, participou da assembleia e realizou um protesto contra o relatório integrado, onde diz que na Petrobrás não tem acidente, lembrando a morte do TO Cabral que foi assinado pela negligência dos gerentes e solicitou punição para os responsáveis e indenização para a família.

A Reforma Trabalhista facilita a inadimplência

É com muito pesar que a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias verificou nos andamentos dos processos trabalhistas em fase de execução, as tentativas de inadimplência parte da empresa. Quando chamada a cumprir a decisão precedente, a Petrobrás vem oferecendo óleo diesel como forma de garantia do juízo.

Contudo, com a reforma trabalhista, a

empresa agora tem a possibilidade de não pagar, pois foi instituída nos processos trabalhistas a prescrição intercorrente, transmitindo ao autor o ônus do não pagamento, uma vez que cabe a ele ficar correndo atrás dos meios de pagamento.

Quando o juiz determina que o autor se manifeste em alguns dias sobre o óleo diesel, por exemplo, e não é aceite e requer o pagamento em dinheiro, o juiz

intima a Petrobrás a pagar e ela não paga, alguns juízes publicam despacho informando ao autor que tem x dias para dar andamento promovendo meios de continuar a execução sob pena de arquivamento. Mas quem deixou de cumprir a decisão foi a empresa. E assim, o processo trabalhista após levar vários anos tramitando corre sérios riscos de não ser cumprido.

Golpe na AMS: governo muda regra de concessão de Plano de Saúde das estatais

O governo golpista editou a Resolução 23 de 18/01/18 da CGPAR-Comissão Interministerial de Governança Corporativa de Participações Societárias da União, ligada ao Ministério do Planejamento, que altera a regra de concessão dos planos de saúde das estatais. Na sequência, em 5/04/18, a CGPAR emitiu um Ofício Circular com as orientações de aplicação a respeito da regulamentação da Resolução 23 para os presidentes de Empresa Estatais Federais.

O problema é que o Ofício Circular não respeita os prazos dados na resolução, nem os Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, orientando sua aplicação “imediate”. O Ofício Circular se contrapõe a Resolução mantendo o plano de saúde somente durante a vigência do contrato de trabalho.

No caso dos petroleiros, o ACT garante o plano de saúde quando da aposentadoria/desligamento e a resolução diz

que respeitará os ACT. A Resolução concede prazo de 18 meses de adequação. Orienta, porém, que não deverão ser renovadas cláusulas que versem sobre plano de saúde nos Acordos Coletivos das estatais. Ao contrário, a carta orienta que a vigência do plano, ignorando a previsão do ACT de manutenção do plano de saúde após o término do contrato de trabalho.

Dessa forma, quem se desligar até 31/08/19 – fim da vigência do atual ACT - terá que travar uma luta judicial para ter o plano de saúde garantido. Quem sair depois ficará sem AMS. Apenas aqueles que já estão aposentados garantiram o direito de manutenção do plano de saúde. Entretanto, mesmo os já aposentados sofrerão a modificação das regras de custeio do plano, que hoje mantêm a relação 70/30, passando para 50/50 (paridade).

Dia do Trabalhador: a luta de classe continua

O dia 01 de maio é celebrado como dia do trabalhador, e não do trabalho como muitos dizem. Se bem que no atual cenário, parece que a segunda afirmação é mais condizente com a realidade vivida pelos brasileiros.

Às vésperas da celebrada data, o IBGE anuncia que a taxa de desemprego subiu para 13,7% no primeiro trimestre de 2018 – 14 milhões de desocupados (pesquisa divulgada em 27/04/2018 - PNAD), retrato do golpe sofrido pelos trabalhadores de todo país dado por este governo usurpador.

O limite do teto dos gastos públicos sob o discurso de necessidade de sanear as contas do governo foi o primeiro passo em direção da retirada de direitos. Muitos ainda não entenderam que o déficit produzido foi o meio pelo qual o atual governo justifica o desvio institucionalizado dos recursos públicos da Assistência Social, que há tempo vem fazendo por

meio da DRU (desvinculação da receita da União).

A reforma trabalhista e a lei de terceirização foram também marcantes dentre os ataques contra os trabalhadores, já que retiraram muitos direitos conquistados a suor e sangue no passado. Hoje o trabalhador vê sua relação de trabalho fragilizada e precarizada, sendo impedido de recorrer ao judiciário, já que corre o risco de sofrer prejuízo financeiro ao demandar na justiça.

Mas o trabalhador tem uma marca histórica que lei alguma poderá apagar: é gente que luta, gente que persiste. Basta olhar para trás para perceber que nenhum dos direitos conquistados foi de graça, e que as batalhas sempre foram árduas. O cenário é desfavorável, mas somos aqueles que produzimos as riquezas. Temos muita força para conquistar se nos organizarmos. A esperança nunca morrerá. Viva a Classe Trabalhadora!

Cobranças por meio de boleto bancário

A direção do Sindipetro Caxias encaminhou ofício à Fundação Petrobras de Seguridade Social requerendo a discriminação das cobranças que estão sendo feitas por meio de boletos bancários aos beneficiários nos casos em que o valor a ser pago ultrapasse a margem do contracheque, explicitando ainda sua origem.

Ocorre que tais cobranças não estão sendo devidamente discriminadas o que acarreta a situação de “pagamento às cegas”.

Muitos beneficiários recebem cobranças de parcelas de empréstimo

contraído sem qualquer indicação de que parcela estão pagando, origem do contrato, dentre outras informações. Há vários casos também de cobranças das quais sequer se tem conhecimento da origem, já que não estão discriminadas.

A direção cobrou um tratamento digno aos beneficiários que estão sendo demandados por boleto bancário, exigindo ainda que se adote a prática de entrega da cobrança com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência, a fim de dar tempo para que se organizem financeiramente.

Sindicato realiza primeira reunião com as Pensionistas

No dia 12 de abril aconteceu na sede do Sindipetro Caxias, o primeiro encontro de pensionistas. As assessoras jurídicas Danielle e Roberta, fizeram uma exposição sobre o fundo de pensão e as ações realizadas pelo Sindicato em que abrange as pensionistas. Em breve marcaremos um novo encontro.

FUP garante melhorias no Benefício Farmácia

Após exaustivas reuniões com a Petrobrás, a FUP garantiu que a empresa formalizasse nesta semana o novo modelo de Benefício Farmácia, que traz avanços importantes em relação à proposta inicial da empresa. A formalização foi feita na reunião do dia 26 de abril, que concluiu o trabalho da Subcomissão do Benefício Farmácia, garantida pela FUP e seus sindicatos na campanha reivindicatória do ano passado.

Uma das reivindicações das representações sindicais que foram contempladas no novo modelo do benefício é a inclusão de doenças neurológicas como Alzheimer, Parkinson, Esclerose Múltipla, Doença do Neurônio Motor (ELA), Atrofia Muscular Espinhal, entre outras consideradas crônicas, cujos medicamentos têm um alto custo.

PMC na tabela de enquadramento dos genéricos

Outra conquista importante, além da ampliação da cobertura do benefício, é a adoção do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) do medicamento de marca com valores acima de R\$ 150,00, que agora, passará a ser referência na tabela de enquadramento dos genéricos do mesmo princípio ativo. “Mesmo que o beneficiário consiga desconto na compra do medicamento genérico abaixo desse valor, o que vale é o PMC. Com isso, conseguimos na prática reduzir o limite de R\$ 150,00 e, com isso, poderemos incluir vários outros medicamentos que estariam fora do benefício”, explica o diretor da FUP, Paulo César Martin, um dos representantes da entidade na Subcomissão.

Descontos e reembolso

O novo Benefício Farmácia também garantirá descontos de até 30% para medicamentos genéricos e 20% para

medicamentos de marca em farmácias credenciadas. Além disso, a FUP conseguiu que a Petrobrás estendesse até o dia 31 de julho o recebimento dos pedidos de reembolso de medicamentos adquiridos até o final de maio, quando se encerrará o atual modelo do benefício.

Delivery

O sistema de entrega dos medicamentos a domicílio não será alterado no novo Benefício Farmácia. Continua valendo o delivery dos medicamentos cobertos por reembolso a partir de R\$ 300,00.

FUP acompanhará transição

A transição para o novo modelo do Benefício Farmácia terá início no dia primeiro de junho até a sua completa implantação, que está prevista para o final de julho. Antes disso, no entanto, a FUP voltará a se reunir com a Petrobrás, no dia 21 de maio, para verificar se todas as alterações foram feitas conforme acordadas com as representações sindicais.

Veja abaixo o calendário:

	DATA LIMITE PARA UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO FARMACIA CONFORME ATUALMENTE PRATICADO
31/05/2018	DATA LIMITE QUE DEVERÁ CONSTAR NOS RECIBOS DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM PROCESSADOS AINDA COM BASE NA ANTIGA REGRA DE REEMBOLSO (ANTERIOR AO ACT 2017/2019)
01/06/2018	DATA DE INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO NOVO BENEFÍCIO FARMÁCIA (REGRAMENTO DO ACT 2017/2019, INCLUSÕES DE COBERTURAS E NOVOS PROCEDIMENTOS DESCRITOS NESTE DOCUMENTO)
31/07/2018	DATA FINAL PARA APRESENTAÇÃO DE RECIBOS DOS MEDICAMENTOS ADQUIRIDOS ATÉ A DATA LIMITE DE 31/05/2018 CUJOS REEMBOLSOS SERÃO PROCESSADOS AINDA NA REGRA ANTIGA.

FUP e movimentos sociais denunciam multinacionais no Conselho da Petrobrás

Em ato público dia 26, no Centro do Rio de Janeiro, a FUP e seus sindicatos, junto com diversos movimentos sociais que integram as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo protestaram contra a nomeação para o Conselho de Administração da Petrobrás de ex-executivos de multinacionais que concorrem com a empresa. Entre os indicados pelo governo Temer para o principal órgão decisório da companhia está o ex-diretor da Shell, José Alberto de Paula Torres, que já foi presidente e vice-presidente de várias subsidiárias da petroleira anglo-holandesa, onde trabalhou por 27 anos.

Os golpistas também indicaram para

o Conselho de Administração da Petrobrás Ana Lúcia Poças Zambelli, que até o ano passado era vice-presidente sênior da Maersk Drilling, além de ter comandado a Schlumberger e a Transocean no Brasil. Essas três empresas têm contratos estratégicos com a estatal brasileira em áreas de processamento sísmico, prospecção, perfuração, manutenção de poços e fornecimento de porta-contentores e navios, o que configura conflito de interesses.

Temer colocou ainda no CA da Petrobrás a atual diretora do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Clarissa de Araújo Lins, que também já passou pela diretoria da Shell. O IBP é

a entidade que representa os interesses das empresas do setor de óleo e gás, que concorrem diretamente com a estatal brasileira. Ou seja, mais uma evidência de conflitos de interesses.

“Como o governo pode indicar para o Conselho da Petrobrás representantes de empresas concorrentes? Na prática, é como se colocassem o Eurico Miranda, que já foi presidente do Vasco, para ser presidente do Flamengo”, explicou o coordenador da FUP, José Maria Rangel, lembrando que uma das primeiras visitas que MiShell Temer recebeu após o golpe foi o presidente da Shell e, logo em seguida, a Petrobrás firmou parcerias estratégicas com a multinacional holandesa.